

PERÍCIA A PARTIR DO EXAME DE DNA CONTRIBUI PARA ELEVAR RESOLUÇÃO DE CRIMES

A perícia de DNA já é uma importante contribuinte para o aumento na elucidação de crimes. No Paraná, o caso do assassinato da menina Rachel Genofre em 2008 teve a identidade do autor estabelecida cerca de 13 anos após o crime com o auxílio de um exame de DNA. Em Goiás, a Operação Impius condenou o autor de mais de 40 estupros a partir de resultados do Banco Estadual de Perfis Genéticos.

Perito criminal no Paraná, Hemerson Bertassoni Alves diz que o caso Rachel Genofre foi um dos mais importantes e emblemáticos no Estado. “Conseguimos chegar ao autor pelo trabalho em conjunto entre Polícia Científica do Paraná, São Paulo e pela rede.” Criada em 2013 e coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos já ultrapassou 100 mil cadastros.

O Estado de Goiás é o segundo em número de coincidências de perfis genéticos no país, afirma a perita criminal Mariana Flávia da Mota, administradora do banco de perfis genéticos da Superintendência de Polícia Técnico-Científica de Goiás (SPTC). A respeito da Operação Impius, ela conta: “Havia coincidências entre perfis genéticos de vestígios coletados em diferentes vítimas de estupro. Gerou-se uma força tarefa que culminou na operação. O autor provavelmente nunca seria pego, temos consciência de que sem os resultados do banco, isso não seria possível.”

Para Bertassoni, a perícia de DNA é uma das áreas que mais evoluiu nos últimos anos em termos de tecnologia. Além disso, afirma ele, a análise de DNA ganha por sua aplicabilidade nos tribunais e contribuição para a percepção criminal. “Quando as investigações preliminares não têm uma essência probatória robusta, o DNA oferta uma prova muito boa e que leva em consideração todos os preceitos científicos”, explica Bertassoni.

Essa prova é quase incontestável, afirma Mota. De acordo com ela, hoje, o processo forense que envolve a análise de DNA é quase todo automatizado o que garante celeridade e confiabilidade aos resultados. Um exemplo é o uso de picotadores semiautomáticos para análise de amostras coletadas. O equipamento é responsável por fazer a análise a partir de perfurações em um papel de FTA contendo as amostras. “A manipulação foi muito reduzida. Esse papel tira a necessidade de extração do DNA, porque já é tratado com reagentes”, explica Mota.

Perito Criminal do Distrito Federal lotado no Instituto de Pesquisa de DNA Forense, Arthur Svidzinski afirma que a extração é o que mais pode variar no dia a dia de um laboratório. O DNA precisa ser retirado de uma amostra que pode partir de diferentes objetos, desde uma arma de fogo até um pedaço de tecido.

Além disso, explica o perito, cada amostra tem sua natureza: sangue, espermatozoide, material ósseo etc. A perita Mota ressalta que “com as plataformas automatizadas, aumentamos a capacidade e a segurança dos laboratórios de processar vestígios e a segurança.” Com o auxílio de um projeto do Ministério da Justiça e Segurança Pública, todos os estados ganharam equipamentos de acordo com a demanda. Plataformas menores conseguem realizar até 13 extrações ao mesmo tempo. Em plataformas maiores, o número passa de 80.

A segunda etapa é de amplificação. “O DNA é uma molécula pequena e os exames precisam de uma quantidade maior. A técnica de PCR faz muitas cópias do DNA original e garante a análise”, diz Svidzinski. O ciclo de PCR (Reação em Cadeia da Polimerase) consiste em três etapas. Os fragmentos de DNA resultantes ainda passam por um processo de eletroforese para que os peritos possam, enfim, chegar ao resultado.

A perícia de DNA, entretanto, não fica apenas nos laboratórios. Segundo Bertassoni, “a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos proporciona cursos de especialização em genética forense, cursos de atualização para peritos, financia laboratórios e eventos de divulgação de tecnologias. A rede faz com que os processos de aprendizagem cheguem a todos os profissionais.

Recado do presidente

Duas decisões da Justiça em setembro, uma no Rio Grande do Norte e outra no Mato Grosso do Sul, ambas em ações civis públicas impetradas pela ABC, mantiveram a suspensão de concursos para peritos oficiais que não seguiram as regras previstas na legislação para os concursos públicos na contratação desses profissionais. No Rio Grande do Norte o Tribunal de Justiça confirmou a liminar já concedida pelo juiz Francisco Seráphico da Nóbrega Coutinho que suspendeu em julho um concurso público do Instituto Técnico Científico de Perícia do Rio Grande do Norte (Itep-RN) para o cargo de perito criminal área geral.

Na outra decisão, o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul manteve a decisão que suspendeu a contratação de perito médico-legista, após a Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública entrarem com recurso. A decisão do tribunal foi unânime.

Na ação, a Associação Brasileira de Criminalística (ABC) pediu a anulação do edital do processo seletivo simplificado, publicado em julho de 2020, que estava em desacordo com a legislação. A ABC está atenta para garantir que os concursos para contratação de peritos oficiais respeitem as regras previstas na legislação.

Leandro Lima, presidente da ABC



Desafio é acompanhar evolução tecnológica

Arthur Svidzinski diz que um dos grandes desafios da perícia de DNA é acompanhar a evolução tecnológica. “Quem trabalha com DNA tem que gostar de estudar, as coisas mudam muito rápido e você precisa adaptar a novas realidades. É uma profissão desafiadora”, diz.

Para Hemerson Bertassoni, é uma área em franca expansão para trabalhar na ciência probatória, tanto na fase pré processual quanto na fase de ação penal. As perspectivas para a perícia de DNA são promissoras. Há alguns anos, explica Svidzinski, as tecnologias de DNA forense eram usadas, na maioria das vezes, para desvendar crimes sexuais e violentos. Hoje, com novos reagentes, aparelhos mais sensíveis e novas técnicas, os projetos crescem.

“Temos vários projetos: encontrar pessoas desaparecidas, trabalhar com DNA em identificação de espécies, identificar animais silvestres, plantas etc. Estamos prestes a dar um salto tecnológico, quase no ponto de termos equipamentos que sequenciam o genoma inteiro da amostra, trazendo mais informações.”



NAS REDES SOCIAIS

“UMA PERÍCIA AUTÔNOMA É UMA PERÍCIA MAIS FORTE E SEM INTERFERÊNCIA”

Diego Macedo Pedreira Lameirão é perito criminal do Instituto de Criminalística do Estado do Rio de Janeiro desde 2014. Além da atuação em locais de crime, gerencia um canal do YouTube com quase 4 mil inscritos e compartilha a rotina pericial no Instagram, rede em que tem mais de 100 mil seguidores. É formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Por que decidiu seguir a carreira de perito criminal?

Não conhecia a profissão na época. Como estava com início de uma crise no Brasil e eu estava no fim da faculdade (2013), resolvi fazer esse concurso como uma forma de estabilidade. Quando descobri onde estava me metendo, me apaixonei!

O que o motivou a compartilhar a rotina pericial nas redes sociais?

Valorizar a carreira e auxiliar na jornada de outras pessoas. Eu acredito que na nossa sociedade nós só valorizamos aquilo que conhecemos. Divulgando a Perícia eu poderia trazer mais pessoas motivadas para essa área, além de mostrar para o público em geral. Além disso, queria evitar que o que aconteceu comigo acontecesse com outras pessoas: entrar um pouco perdido e sem referência. Com as redes sociais eu poderia agregar em conteúdo e motivação.

De que forma as redes sociais contribuem para a Perícia?

Motivando e capacitando futuros Peritos Criminais, trazendo cada vez pessoas com mais vontade para seguir na carreira.

Quais as dúvidas mais comuns entre aqueles que querem ser peritos?

“Qual faculdade para ser Perito Criminal?” Os diferentes certames de Perito pelo país acabam por causar confusão nas pessoas, por isso eu acredito que essa acaba sendo a maior dúvida das pessoas.

Qual foi o momento mais especial de sua carreira ?

Atuação no caso Flordelis. Por ter sido um caso de repercussão nacional e eu ter recebido elogio no BI interno da minha instituição além de uma moção câmara de Niterói, esse acabou sendo o momento mais especial da minha carreira.



O fato de o Rio de Janeiro ser uma das unidades da federação em que a Polícia Técnica ainda não tem autonomia em relação à Polícia Civil levou o Ministério Público a pedir o apoio de peritos de São Paulo no caso Jacarezinho. Qual a importância da PEC 76/2019? Muito importante, já que uma Perícia autônoma é uma Perícia mais forte e sem interferência de pessoas que não são da área técnica. Nada melhor que Peritos gerindo Peritos.

Como o conhecimento da engenharia elétrica ajuda no seu trabalho de perito? Pode dar pelo menos um exemplo?

De forma específica em perícias de furto de energia elétrica.

Qual foi o caso mais curioso em que você atuou como perito e quais os motivos que levam a destacar esse caso? O caso mais curioso foi o de um cadáver encontrado em um quarto com a cara esqueletizada e o corpo em putrefação.

Com que desafios peritos iniciantes precisam aprender a lidar?

Saber transformar inexperiência em resultado, já que há muita exigência na profissão em vários sentidos.

Quais competências a Perícia te ensinou?

Aprimorar o controle da razão e da emoção.

Quais livros considera essenciais para um perito?

O máximo que ele puder ler.

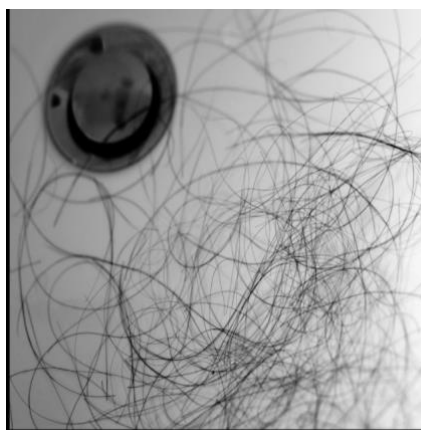
Flordelis: entenda o caso da deputada cassada acusada de mandar matar o marido no Rio de Janeiro

O Caso Flordelis refere-se ao assassinato do pastor Anderson do Carmo de Souza em 16 de junho de 2019 em Niterói, no Rio de Janeiro. Nesse dia, Anderson foi morto a tiros ao chegar em casa após ter ido caminhar com Flordelis, que disse aos policiais que o crime havia sido um latrocínio. Os criminosos usaram toucas ninja para evitar a identificação. Segundo investigação da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Anderson foi morto a mando da esposa, a então deputada federal Flordelis (PSD), com participação de sete filhos do casal e uma neta, além de outras duas pessoas. O Ministério Público Estadual ofereceu denúncia contra Flordelis por homicídio triplamente qualificado e outros quatro crimes. Em agosto de 2021 a Câmara dos Deputados cassou o mandato da deputada. Foram 437 votos a favor da cassação e 7 contrários, com 12 abstenções, em votação aberta





Em Sergipe, perícia criminal descobre autor de atropelamento por meio dos fios de cabelo



O atropelamento que ocorreu entre os municípios de Ribeirópolis e Nossa Senhora Aparecida deixou uma vítima com ferimentos graves. O veículo do suspeito foi encontrado após o acidente em Ribeirópolis com retrovisores e faróis quebrados, além de conter vestígios de cabelo. O Instituto de Criminalística (IC) de Sergipe foi acionado para periciar os vestígios e, por fim, identificou que pertenciam à vítima. Por meio do Laboratório de Genética Forense, foi possível comparar o material coletado com amostras de DNA da vítima. De acordo com o perito criminal Kleber Willer, o resultado forneceu uma prova material incontestável para ligar o veículo ao atropelamento. “Na análise de confronto genético conseguimos materializar uma prova incontestável. Através dessas análises, obtivemos dados estatísticos que afirmam, de forma extremamente forte, esse confronto e essa coincidência entre os perfis que foram oriundos tanto da amostra biológica, quanto da amostra retirada da vítima”, explicou Willer.

MS – O Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS) mantém suspensa a contratação temporária de peritos médicos-legistas. Em ação civil pública, a Associação Brasileira de Criminalística (ABC) pediu a anulação do edital do processo seletivo simplificado, uma vez que estaria em desacordo com as normas federais. De acordo com o Código de Processo Penal e Lei 12.030/2009, normas que regulam a atividade de Peritos Oficiais de Natureza Criminal, a contratação desses profissionais só poderá se dar mediante a concurso público e está sujeita a regime especial de trabalho.

As secretarias de Estado de Administração e Desburocratização e de Justiça e Segurança Pública do Estado chegaram a apresentar recurso, mas estes não foram acatados. De acordo com o presidente da ABC, Leandro Lima, “somente através da reposição dos quadros de peritos e médicos legistas é que poderemos prestar um serviço adequado à população.” Ele reitera a importância do concurso público.

PA – O trabalho do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (CPCRC) contribuiu para a elucidação do assassinato da cabo da Polícia Militar Andreza Maria da Silva Araújo. O caso ocorreu em setembro do ano passado na região metropolitana de Belém. A partir de uma reprodução simulada dos fatos, o laudo atestou que a arma usada pertencia à vítima, mas, ao contrário da versão do suspeito, não foi suicídio.

A reprodução simulada é um importante elemento para esclarecer casos complexos, capaz de validar ou invalidar depoimentos, por exemplo. Neste caso, a reprodução simulada confirmou divergências entre o depoimento do suspeito e a posição real da vítima na hora do crime, bem como a trajetória do disparo. Além disso, um exame de DNA forense refutou a afirmação de que o acusado não teria pegado na arma da policial.

A partir do laudo pericial, a Polícia Civil obteve uma prova técnica e legal para pedir a prisão do suspeito.

GO - A coleta de material genético já auxiliou na resolução de quase 300 crimes no estado. A partir da análise de amostragens, a Superintendência de Polícia Técnico-Científica de Goiás (SPTC) produz resultados decisivos para determinar a autoria de crimes.

As equipes coletam material genético de condenados e encaminham o material para o Laboratório de Biologia e DNA Forense (LBDF), no Instituto de Criminalística Leonardo Rodrigues, onde é inserido no Banco Nacional de Perfis Genéticos (BNPG). De acordo com a SPTC, há mais de sete mil amostras genéticas de detentos de Goiás no BNPG. Esse tipo de amostragem costuma ser fundamental para a resolução de crimes como estupro e assassinatos.

Segundo o superintendente adjunto da SPTC, perito criminal Ricardo Matos, a utilização do banco contribuiu muito para a resolução de casos no estado. Hoje, a Polícia Técnico-Científica de Goiás é hoje uma das mais bem sucedidas na resolução de crimes com análise de material genético.

Desaparecido há 30 anos reencontra família graças a campanha nacional de coleta de material genético

O caso marca a primeira vez em que uma pessoa é encontrada viva em uma campanha de coleta de DNA. Desaparecido há 30 anos, Cícero foi encontrado em outra cidade e vivendo com outro nome. Sem familiares ou documentos que comprovassem sua identidade, o exame de DNA realizado pela Polícia Científica foi fundamental para sua identificação.

Os materiais biológicos do homem foram coletados e encaminhados para o Instituto de Genética Forense Eduardo Campos (IGFEC), em Recife (PE), enquanto a divulgação da Campanha Nacional de Coleta de DNA de Familiares de Pessoas Desaparecidas, coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), chamava a atenção de uma mulher que procurava um irmão desaparecido, Cícero. A partir do cruzamento de dados, foi possível reunir a família novamente

cálculos estatísticos objetivando estimar o peso da evidência genética...
testada a razão entre duas hipóteses:
1) FRANCISCO MARQUES DA SILVA (nome fornecido pelo proponente) é um filho biológico dos mesmos pais de ANTONIA MARQUES DA SILVA, sendo seu irmão biológico;
2) FRANCISCO MARQUES DA SILVA (nome fornecido pelo proponente) é um filho biológico de outro casal, sem vínculo familiar estabelecido anteriormente na população.
O valor estatístico...